

20. O ENSINO NO SEMINÁRIO DE MARIANA DURANTE O PERÍODO DE DOM ANTONIO FERREIRA VIÇOSO (1844-1875)

Prof. João Paulo Rodrigues Pereira

Faculdade Dom Luciano Mendes

joaopr25@yahoo.com.br

Data de recepção: 26/11/2017

Data de aprovação: 01/02/2018

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o ensino no seminário de Mariana durante o período do episcopado de Dom Antônio Ferreira Viçoso, entre os anos de 1844 a 1875. Para alcançar tal objetivo o texto foi pensado em dois momentos. Pretende-se, primeiramente, abordar a história do seminário, desde sua fundação até a chegada de Dom Viçoso, para mostrar como o período desse bispo foi diferenciando no cuidado com o seminário em relação a história antecedente, que pode ser caracterizada por uma instabilidade no funcionamento dessa instituição gerado por crises, sobretudo, financeiras, morais e por carência de professores. No segundo momento, será tratado, especificamente, a configuração acadêmica do seminário no período de Dom Viçoso. Será apresentado a questão disciplinar, a duração dos cursos, os horários de aula, as disciplinas estudadas, as obras usadas nos cursos, bem como alguns dados sobre o perfil dos estudantes e os problemas do seminário encontrado por Dom Viçoso em 1844.

Palavras-Chave: Seminário – Ensino - Dom Viçoso.

1. Considerações iniciais

Movido pelo interesse de compreender como se articulou a dimensão acadêmica do seminário Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana, uma das primeiras instituições de ensino de Minas Gerais, este artigo pretende tratar a questão do ensino no respectivo seminário, no período compreendido entre os anos de 1844 e 1875, durante o episcopado de Dom Antônio Ferreira Viçoso. Trata-se de um período muito produtivo para o ensino, em que o seminário, além de funcionar sem interrupções – o que não ocorreu nas décadas anteriores –, valorizou muito a questão acadêmica e, por isso, podemos dizer que a referida instituição funcionou muito bem naquele tempo, deixando assim um legado para os sucessores de Dom Viçoso.

Para mostrar a importância desse período na consolidação da história do seminário de Mariana, bem como destacar a grandeza do período estudado neste artigo, retomaremos, em primeiro lugar, a história da instituição desde a sua fundação até a chegada de Dom Viçoso na diocese de Mariana. Passaremos por alguns momentos históricos que nos farão ver a decadência na qual o seminário foi encontrado por Dom Viçoso e, ao mesmo tempo, a importância desse bispo para a sobrevivência dessa instituição de ensino. Em segundo lugar apresentaremos algumas noções sobre o ensino no período de Dom Viçoso. Destacaremos a questão disciplinar e alguns dados da estrutura acadêmica, como, por exemplo, as disciplinas estudadas, as obras usadas, a duração dos cursos e os horários das aulas.

2. O seminário até a chegada de Dom Viçoso (1750-1844)

Fundado por ordem régia de 1744, implantando por Dom Frei Manuel da Cruz em 1750 e entregue aos Jesuítas em 1756 (MELO, 2005, p. 119), o seminário de Mariana passou, nas primeiras décadas de sua existência, por sucessivas crises, que começaram com a expulsão dos Jesuítas em 1758 até 1844, com a chegada de Dom Viçoso, cujo ideal era a reforma do clero. Temos, assim, um período de 86 anos marcados por instabilidade no funcionamento do seminário. Apesar de uma rica e profícua história, essa instituição teve momentos bastante conturbados, como por exemplo, a carência material e até mesmo a falta de professores e formadores especializados. Momentos esses que, de certa forma, nos farão ver a grandeza da obra desenvolvida por Dom Viçoso no seminário.

Dom Frei Manoel da Cruz fundou o seminário de Mariana em 1750 e foi bispo até 1764. Naquele período o seminário tinha capacidade para 40 seminaristas. Ali se estudava gramática, lógica, filosofia e teologia. O seminário foi confiado aos Jesuítas em 1749, na pessoa do Padre José Nogueira¹, primeiro reitor do seminário, pouco antes da fundação. Contudo, até 1756 Dom Frei Manoel da Cruz esperava outros padres Jesuítas para dar aulas no seminário. Segundo Trindade, provavelmente somente no final de 1756 e/ou no início de 1757 (1951. p. 19) foi que os jesuítas solicitados pelo prelado chegaram a Mariana.

Esse fato aponta uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelo seminário: a carência de professores e formadores. O seminário de Mariana iniciou suas atividades acadêmicas com um único professor, o padre José Nogueira, que lecionou Teologia Moral e Latim, algo que provavelmente persistiu durante os primeiros sete anos dessa intuição. Somente em meados de 1756, outro professor, o padre Jesuíta Manuel Tavares, chegou ao seminário, iniciando o curso de filosofia. Além de demorarem a chegar, esses padres permaneceram pouco tempo, aproximadamente um ano, até janeiro de 1758, quando fora expedida, a Dom Frei Manoel, a ordem do governo de “enviar ‘imediatamente’ para o Rio de Janeiro os Jesuítas que residem no bispado” (TRINDADE, 1951. p. 19). Devido à saída dos Jesuítas os padres diocesanos assumiram o seminário e permaneceram até o bispado de Dom Viçoso, que trouxe para Mariana os padres lazaristas.

Com a morte de Dom Frei Manoel, a 3 de janeiro 1764, a diocese ficou sob a responsabilidade do Cabido² até início de 1772. De 1769 a 1771 o seminário ficou sem o curso de filosofia. Este foi reaberto no início 1772, mais precisamente a 3 de fevereiro, com a chegada, do vigário da Vara da Comarca de Paracatu, Padre Francisco Xavier da Rua, sob procuração do novo bispo de Mariana, Dom Joaquim Borges de Figueiroa. Padre Francisco permaneceu na administração da diocese até 1775 quando a diocese já estava sob o governo de D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis³, uma vez que Dom Joaquim permaneceu na diocese somente até outubro de 1773, data em que foi transferido para o Arcebispado da Bahia (OLIVEIRA, 1998, p. 25). O curso de filosofia foi, então, confiado ao Padre Luís Vieira da Silva, e o de Moral, à direção do Padre Antônio Jorge de Souza Coelho (TRINDADE, 1951. p. 28-29).

No período compreendido entre a morte de Dom Frei Manoel da Cruz, em 1764, e o fim do bispado de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, em 1793⁴, houve uma estabilidade financeira que facilitou a vida do seminário. Contudo, apesar desse aspecto positivo e diferentemente do período de Dom Manoel da Cruz, houve um declínio moral⁵ na formação dos padres, algo que permaneceu até a chegada de Dom Viçoso em Mariana, no ano de 1844. Prova disso é que em “1852, oito anos depois de sua entrada em Mariana, D. Viçoso ainda vai informar (ao governo) que a diocese conta com 480 sacerdotes, dos quais a ‘4ª parte tem sido maus padres, alguns embriagados, outros negociantes e quase todos da 4ª parte incontinentes com escândalo’”⁶.

Após a morte de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, em 1793, novamente, por motivo de Sede vacante, o seminário ficou sob a administração do Cabido. Nesse período – diferentemente da primeira administração, de 1764 a 1771, em que as finanças do seminário “andaram” bem – o seminário entrou em uma grande crise financeira, a ponto de passar dificuldades para pagar os professores e o reitor (TRINDADE, 1951. p. 31). Quando D. Frei Cipriano de São José⁷ chegou à diocese, em 1798, encontrou o seminário em uma grande decadência.

No início de seu episcopado, D. Cipriano se mostrou muito empenhado com o seminário: “Um dos primeiros atos do novo bispo foi um edital por meio do qual convoca para o seminário os candidatos ao sacerdote” (TRINDADE, 1951. p. 31). Edital esse datado de 1800, tendo sido renovado por mais duas vezes, o que revela a preocupação que D. Cipriano tinha com o seminário. Contudo, parece que tamanho empenho foi se esfacelando aos poucos, a ponto de, em 1811, o seminário ser fechado. Segundo Trindade, parece que o próprio D. Cipriano contribuiu para o fechamento do seminário quando, em seu próprio palácio, ele abriu um curso noturno de teologia Moral. De 1811 até 1817 o seminário permaneceu fechado servindo de moradia para o reitor – em companhia de três escravos –, que usava o espaço para exercícios espirituais com os ordinandos (TRINDADE, 1951. p. 31). Não obstante a presença destes, o seminário foi reaberto somente em 1821, já no episcopado de D. Frei José da Santíssima Trindade.

Dom Frei José assumiu para seu bispado a responsabilidade de reerguer o seminário⁸. A partir disso, foram três as suas principais atitudes: primeiro, a reestruturação da fazenda do seminário, que passou a contribuir com as finanças deste; segundo, a reforma do prédio do seminário, que estava decadente; terceiro, a criação de um novo estatuto (OLIVEIRA, 1998, p. 28) para tentar dar ao seminário um novo ardor religioso, já que o mesmo passava, desde o fim do episcopado do D. Manoel, por uma crise moral. Sobre este último ponto é interessante observar a valorização que D. José deu à dimensão acadêmica. Na parte terceira⁹, capítulo primeiro do estatuto, intitulado *Da ordem escolástica na observância do seminário*, o regulamento trata da importância da dimensão acadêmica para a formação religiosa, ao mostrar a confiança que se deve ter na observância literária para espalhar “por toda igreja de Mariana as luzes que os seminaristas adquirirem na religião, como nas ciências” (TRINDADE, 1929, p. 801), destacando para esse fim os seguintes conteúdos: Gramática Latina, Filosofia Natural, Racional e Moral, Teologia Dogmática e Moral, podendo ser acrescentado também, quando possível, as disciplinas de Retórica, Belas Artes e História.

Ao que parece, segundo Oliveira, “o seminário reformado e com novo estatuto funcionou bem até 1827” (1998, p. 31), ou seja, sem grandes problemas. A partir de 1830, entrou novamente em decadência, após o confronto de D. Frei José com o Padre Antônio José Ribeiro Bhering¹⁰, professor de filosofia, que, acusado de ensinar filosofias proibidas pela Igreja, foi suspenso do seminário em 1829 por D. Frei José.

Em 1835, com a morte de D. Frei José da Santíssima Trindade, deu-se início ao período de Sede vacante que se estendeu até 1844, terminando com a chegada de D. Viçoso. Dentro desse período, o seminário funcionou até 1842, quando foi usado como quartel pelas tropas do governo por causa da revolução liberal.

3.O Seminário no tempo de Dom Viçoso

Dom Viçoso esteve à frente da diocese de Mariana entre os anos de 1844 a 1875. Em seu episcopado (31 anos), a formação dos seminaristas foi um dos eixos que mais recebeu sua atenção. Isso porque sua esperança por um futuro melhor para a diocese de Mariana estava “na

criação dos candidatos ao clero”, segundo nos mostra um ofício de 09 de janeiro de 1850¹¹. Não foi por sorte ou acaso, mas acreditamos que, por determinação e empenho de D. Viçoso que, em apenas sete meses após sua chegada a Mariana – depois de restaurar o prédio semidestruído pelas tropas do governo na revolução liberal de 1842, reparando “o que o tempo e os homens haviam maltratado” –, o seminário foi reaberto e às aulas retomadas.

Sua esperança em uma possível transformação da diocese estava, portanto, na formação do sacerdote¹². Porém as condições encontradas por D. Viçoso não eram favoráveis: o último período de decadência citado e o período de Sede Vacante que decorreu da morte de D. Frei José da Santíssima Trindade, último bispo antes de Dom Viçoso, geraram sérios problemas físicos e morais para o seminário. Os problemas físicos foram causados, sobretudo, no período em que o seminário serviu de quartel, em 1842, para as tropas do governo. Segundo Pimenta (1920, p.103), “é provável que (o governo) pagasse a hospedagem com bons estragos na casa”.

Logo nos primeiros meses após sua chegada em Mariana, Dom Viçoso providenciou a restauração do seminário, alterando sua estrutura física interna: o que antes era dividido em cubículos, passou a ter grandes dormitórios coletivos, “aos quais prestavam melhor a vigilância”, aumentado consideravelmente a capacidade do prédio, que passou a comportar mais de 150 seminaristas (PIMENTA, 1920, p.103).

Outra mudança apreciável, que ocorrera também logo nos primeiros anos, diz respeito à dimensão acadêmica. Como o seminário recebia também estudantes que não almejavam a vida religiosa¹³, D. Viçoso, movido ainda pelo aumento considerável de alunos logo nos primeiros anos do bispado (PIMENTA, 1920, p.111), separou os alunos do curso teológico – também conhecido como seminário maior, sendo exclusivo para os candidatos ao sacerdócio – dos estudantes de humanidades – ou seminário menor¹⁴ –, “fazendo para esse fim na casa as repartições precisas” (PIMENTA, 1920, p.119).

Já o problema moral se arrastava na diocese desde o final do século XVIII e isto era devido ao relaxamento nas ordens religiosas. Raimundo Trindade destaca essa decadência moral em sua obra *Arquidiocese de Mariana, subsídios para sua História* (1953, p. 221), onde se encontra um trecho de um dos cadernos de Dom Silveiro, no qual se lê:

O Seminário em Sé vaga estava de tal jeito que os alunos saíam de noite para as casas das amásias que tinham na cidade, apesar da reclusão em que eram guardados, dormindo com as portas fechadas. Chegava ao ponto que quando algum seminarista tentava alguma moça, ela lhe prometia para quando fosse padre, porque então tinha meios de a sustentar.

O problema físico foi resolvido com a reforma e reestruturação interna do prédio, tendo sido esta uma das primeiras atitudes de Dom Viçoso para a reabertura do seminário. Já em relação ao problema moral, logo que o seminário foi reaberto, em 1845, apresentou-se como tentativa de solucionar o problema um novo regulamento, “com vinte e cinco determinações, seguidas por ‘uma ordem nos dias de aula’” (CAMELLO, 1986, p. 328). Tal regulamento nos permite ter também uma noção de como era a organização disciplinar do seminário, conforme se observará a seguir.

3.1. Organização Disciplinar do seminário

Diferentemente de D. José da Santíssima Trindade, que se esforçava para justificar e explicar as determinações do estatuto de 1821, D. Viçoso foi mais direto e conciso na formulação do regulamento de 1845, que dava ênfase à ordem, à disciplina e ao silêncio como características fundamentais da formação sacerdotal. No primeiro artigo tais noções são evidenciadas quando se descreve que o seminário é instituído para instruir os moços na virtude e

na ciência, “dispondo-se assim cristãmente par uma nova vida” (PIMENTA, 1920, p.107-108) pautada pela ordem, pela disciplina e pelo silêncio, como descrevem também os outros artigos.

A disciplina e a ordem foram salientadas em vários artigos. Destacaremos algumas ideias de alguns artigos para evidenciar como era a disciplina do seminário naquela época, uma vez que o regulamento era cauteloso com todos os momentos da vida ordinária dos seminaristas. O documento em questão ditava os atos desde o levantar até o cuidado com as vestes, os livros e as necessidades pessoais. Assim, o artigo 4º destacava a diligência, ao exigir que os seminaristas se levantassem ao toque do sino, e o asseio com o corpo, pois eles deveriam lavar o rosto após terem-se levantado e se encomendado a Deus particularmente. O artigo 6º ressalta o respeito aos momentos da comunidade, denominados como atos, como por exemplo a Missa, as aulas e as refeições, ao exigir que os seminaristas se preparassem em suas necessidades pessoais antes desses atos, para que não ocorressem interrupções. O artigo 8º, assim como o 4º, chamava a atenção para o asseio e a ordem com a cama, vestidos e livros, exigindo que se colocasse o nome ou uma marca que possibilitasse a identificação. Já o artigo 9º exigia que os seminaristas respeitassem os Superiores, Professores, Regentes e empregados. O artigo 15 apresentava proibições de bebidas “espirituosas” e armas (pistolas e facas) dentro do seminário e o artigo 16 proibia brigas e injúrias, bem como exigia o cuidado com as coisas do seminário, ao proibir que se sujasse as paredes e as portas, ou que se quebrasse e danificasse algum móvel da casa (PIMENTA, 1920, p.107-108).

Em relação ao silêncio, o regulamento tratava acerca dele em dois momentos: no artigo 16, que prescrevia a proibição de conversas em atos da comunidade e à mesa, e no artigo 7º que dava ênfase ao silêncio como necessidade da vida religiosa, conforme se lê:

Dizendo a Escritura, que há tempo de falar, e de calar: sendo moralmente impossível, que haja piedade e boa ordem aonde não há silêncio, diligentemente procurarão observá-lo; não falando fora das horas da recreação, nem fazendo rumores nos salões, especialmente no tempo de estudo, e depois do exame geral da noite, nem também irão aos leitos de seus companheiros perder tempo em conversas (PIMENTA, 1920, p.107).

São normas bem detalhadas e breves, orientadas “cristãmente para uma nova vida” como descreve o artigo primeiro, com uma grande preocupação moralizante pautada no silêncio, na ordem, na disciplina, na oração e nos estudos. O regulamento é, portanto, bem direto e conciso na descrição das normas do seminário, sem se preocupar com as justificativas de tais artigos. Contudo, tais explicações aparecem em um manuscrito de D. Viçoso intitulado *Explicação motivada dos principais artigos do regulamento do seminário Eclesiástico de Mariana*. Segundo Camello, “trata-se de um texto que se poderia se classificar como teórico-doutrinário” (1896, p. 336), destacando, sobretudo, a dimensão moral, conforme se pode ler no trecho abaixo:

Devendo os Eclesiásticos passar uma vida pura e inocente, e sendo também obrigados a procurar uma santidade eminente, trabalharão os seminaristas a firmar-se cada vez mais no horror do pecado, e farão profundas reflexões sobre a grandeza, santidade, obrigações, e funções sagradas de seu estado [...]. Procurem gravar profundamente no coração aquele dito de S. Cipriano: Que aquele Senhor que disse Eu sou a verdade, nunca disse: Eu sou o costume (CAMELLO, 1986, p. 337-338).

Após tratar de alguns itens do regulamento de 1845, a fim de enfatizar a organização disciplinar do seminário de Mariana, destacando, assim, a vida ordinária dos seminaristas, passaremos agora a tratar especificamente sobre o ensino na referida instituição. Cabe aqui, portanto, entender como era a organização acadêmica do seminário.

3.2. Organização acadêmica

Em relação a organização acadêmica trataremos do seguinte: a) algumas informações sobre os alunos; b) tempo de duração dos cursos; c) horários das aulas e tempo de estudo; d) currículos e disciplinas dos cursos; e) obras e autores estudados em cada disciplina.

a) Informações sobre os alunos. Os alunos do seminário de Nossa Senhora da Boa Morte vinham de várias regiões do Brasil e até mesmo do exterior, como é o caso de alguns que vieram de Portugal. “Os livros de matrículas registram procedências do Rio de Janeiro, Valência, Parati, São Paulo, Areias, Silveiras, Pindamonhangaba, Taubaté, Mogi-Mirim” (CAMELLO, 1986, p. 317). De Minas Gerais, as principais cidades de onde vinham os alunos eram: Diamantina, Itabira, São João Del Rei, Serro, Ouro Preto, Pitangui, Congonhas, Aiuruoca, Campanha, Mariana, São Miguel de Piracicaba etc.

Outro dado interessante é que a média de idade dos alunos, segundo Camello (1986, p. 316), entre os anos de 1844 a 1847, bem no início do bispado de D. Viçoso, nos leva a crer que o Bispo dava preferência ao ingresso de pessoas já adultas no seminário. De 99 alunos matriculados naquele período, 58 tinham mais de 20 anos. Essa propensão em dar preferência a pessoas adultas se justificaria pela ideia de que tais seminaristas poderiam dar maior garantia da vocação, por causa da maturidade, além de serem incorporados ao clero mais rapidamente. Contudo, de modo geral, as idades com que os jovens entravam no seminário variavam entre 20 e 25 anos para o seminário Maior e 16 e 22 anos para o seminário Menor (OLIVEIRA, 2010, p.58)

Além disso, deve ser destacado com veemência o fato de Dom Viçoso ter acolhido seminaristas descendentes de negros em Mariana. Isso é o que mostra Arnaldo José de Melo em sua obra *Dom Ferreira Viçoso (1787-1875) e Sua Obra Reformadora da Igreja em Minas Gerais: uma releitura teologia moral* (2005, p. 122):

Contrariando as Constituições do Arcebispo da Bahia, Dom Viçoso acolheu no seminário muitos descendentes e negros, e até teve por eles especial estima, como foi o caso do seminarista de Campanha, Francisco de Paula Victor, ordenado a 14 de junho de 1851 e que fez história como pároco de Três Pontas, no Sul de Minas, hoje Servo de Deus, e o seu futuro biógrafo e sucessor, Silvério Gomes Pimenta, que depois se constituirá num dos grandes nomes do episcopado nacional.

Além de não rejeitar descendentes de negros, o Prelado também não fazia discriminação econômica. Apesar da exigência do Concílio de Trento para dar preferência aos alunos pobres, dificilmente o seminário conseguiria sobreviver sem as pensões dos alunos. Mas, segundo Camello, no tempo de D. Viçoso aceitava-se um “número de alunos pobres superior ao que financeiramente o seminário podia suportar” (1986, p. 319). Esse acolhimento acabava sendo também um dos motivos pelos quais Dom Viçoso necessitava da ajuda financeira do governo. Para termos ideia desses números é interessante verificar as matrículas efetuadas entre os anos de 1844 e 1855, as quais enunciavam o seguinte: 17 pensionistas claustrais, 6 bolsistas parciais, 3 a títulos pauperismo e 11 com situação financeira não declarada (CAMELLO, 1986, p. 319). Além disso, alguns seminaristas buscavam outros recursos para ajudar pagar a mesada trimestral de 42\$000. São exemplos disso um seminarista de Congonhas, Rozendo de Melo Alvin, que levou para o seminário seu escravo, e outro de Diamantina, Antônio Honório Perpétuo, que trabalhava na sacristia e ainda tinha seu escravo ajudando no seminário (CAMELLO, 1986, p. 320-321).

b) Duração dos cursos. Em relação aos cursos, como nos informa Camello (1986, p.355), é difícil saber ao certo quanto tempo duravam, mas deviam girar “em torno de uns cinco anos para as humanidades e uns três ou quatro para o curso de teologia”. No entanto, Melo

(2005, p.143) afirma que “Dom Viçoso foi além do que pedia o concílio de Trento para a formação presbiteral. Além do ano de tirocínio no seminário que exigia este concílio, exigiu: cinco anos para humanidades e quatro anos para a teologia.” Tal afirmação pode ser embasada na noção de que naquela época se falava – de modo geral, para os seminários do Brasil – de nove anos para a formação seminarística, incluindo o curso de humanidades e de teologia¹⁵.

c) Horários das aulas e tempo de estudo. O horário das aulas e o tempo de estudo eram bem distribuídos ao longo do dia. No fim do regulamento escrito por Dom Viçoso, na obra do Padre Silveiro Gomes Pimenta, é apresentada uma divisão intitulada *Ordem nos dias de aula*, a qual descreve detalhadamente os horários das atividades no seminário, incluindo o horário das aulas, como se lê abaixo:

5 ½ levantar. 5 ¾ Actos da manhã em salões, ajoelhando no meio um atrás dos outros. 6 Estudo com silêncio rigoroso. 7 Missa, e depois almoço. 8 Estudo em silêncio rigoroso. 9 ½ aula por duas horas. 11 ¾ jantar e recreação. 3 ½ aula por duas horas. 5 ½ cantochão para os Eclesiásticos e recreação para os mais. 6 e ½ estudo em silêncio rigoroso. 7 ceia e recreação até 8 e meia. 8 ½ exame e recolher-se. He permitido até as 10 o estudo, e então se devem apagar as luzes particularmente (PIMENTA, 1920, p.108-109).

Temos assim um horário bem distribuído entre as atividades acadêmicas, as recreações, as orações, as refeições e o descanso. No entanto, a dimensão que dispunha de mais tempo, perdendo somente para o período de descanso, era a dimensão acadêmica. Eram reservadas de sete a oito horas de estudo por dia: quatro horas de aula, mais três horas de estudos pessoais, ou quatro, levando em consideração uma hora após o exame da noite. Percebe-se, assim, que havia uma intensa preocupação com a formação acadêmica dos futuros Padres de Mariana no tempo de Dom Viçoso. Além das oito horas de estudos e oito horas e meia de descanso, eram reservadas quatro horas para as recreações, uma hora e meia para as orações (atos da manhã, Missa e o exame da noite) e uma hora e meia para as refeições. Por fim, é interessante destacar também nesse horário “a determinação de silêncio rigoroso para o tempo de estudo e o longo período de recreação após o jantar das 11:45” (CAMELLO, 1986, p. 341).

Essas prescrições permaneceram até 1856, quando passou a vigorar outra rotina, imposta por uma nova ordem para os dias de aula. Tal ordem foi escrita pelos Padres Lazaristas, conforme se lê:

As 5 horas levantar e compor a cama. As 5 e ½ Oração, Missa e depois estudo. As 7 e ½ o almoço e depois recreio. As 8 estudo até às 9 horas, em que principiarão as aulas, e que se sucederão até ao meio dia. Ao meio dia jantar e depois recreio. A 1 e ½ fim do recreio; estudo. As 3 suceder-se-ão de novo as aulas até as 5. As 5 café e recreio. As 5 e ½ Estudo até as 6 e meia. As 6 e ½ Terço em comum, o qual será seguido de uma breve leitura Espiritual. As 7 Ceia e depois recreio. As 8 e ¼ Orações da noite, lavar os pés e repouso. As 9 Todos deverão achar deitados exceto se tiverem licença de estudo até as 10 horas (TRINDADE, 1829, p.860).

Esse horário não difere muito do que foi criado por D. Viçoso. No entanto, pode-se verificar que houve diminuição do tempo para recreio da tarde e aumento do tempo para as aulas e o estudo, podendo estes resultarem em até 10 horas por dia.

d) Currículos e disciplinas dos cursos. As cadeiras dos cursos do seminário eram públicas e estipuladas por lei seu estipêndio (CAMELLO, 1986, p. 326), talvez isso ajuda a

explicar o fato de o governo mandar verbas e o seminário receber alunos que não almejavam o sacerdócio. Sobre a determinação das disciplinas por meio de leis podemos ver, por exemplo, que as cadeiras de latinidade, Francês, Inglês, História, Geografia, Aritmética, Geometria, Trigonometria e Álgebra são inseridas no seminário episcopal pela lei mineira nº 445, de 20 de outubro de 1849. Pela lei nº 500, de 4 julho de 1850, foi anexada as cadeiras de Direito Eclesiástico e Teologia (CAMELLO, 1986, p. 324). Já o decreto imperial de 1851:

Criou as cadeiras de Retórica e Geografia, essa última já anteriormente criada pela Assembleia Provincial de Minas, reduplicando, pois, os recursos – o que levou Dom Viçoso a solicitar a autorização para repartir a verba votada para as cadeiras de Retórica e Grego, Filosofia Racional e Moral, Canto Chão, Teologia Moral, História Sagrada e Evangélica, Instituições Canônicas e Liturgia. Esse elenco de disciplinas era oficial, daquelas disciplinas para as quais havia o estipêndio do governo (CAMELLO, 1986, p. 324).

No entanto, a lei mineira nº 699, de 31 de maio de 1854, desanexou do seminário de Mariana as cadeiras criadas pela lei nº 445, de 1849, para criar, juntamente com as cadeiras de Retórica e Filosofia, um colégio em Mariana. Tudo indica, segundo Camello, que essa mudança partiu do Cônego José Ribeiro Bhering – o mesmo que foi afastado do seminário por D. José da Santíssima Trindade, por ensinar filosofias contrárias à Igreja –, para fazer concorrência ao seminário de Mariana (1986, p. 341). Contudo, isso não significa que o seminário tenha acabado com tais disciplinas, uma vez que elas faziam parte da grade do curso de humanidades.

Seguindo a descrição do Professor Maurilio José de Oliveira Camello é possível, como já se observara anteriormente, fazer uma descrição mais acurada do currículo de disciplinas lecionadas no seminário no período de Dom Viçoso. Ainda segundo o professor, as grades curriculares foram se tornando mais complexas na medida em que o seminário foi se estabilizando, até ser entregue aos padres da Congregação da Missão, os lazaristas¹⁶ (1986, p. 343).

Conforme mostra Camello, em 1860, o próprio Dom Viçoso informa sobre as disciplinas do seminário no livro *Lotação das freguesias do Bispado de Mariana*. No seminário Maior, que se encontrava no Caraça por causa da epidemia de Varíola que ocorreu em Mariana, eram lecionadas, segundo os relatos do Bispo, as seguintes disciplinas: História Eclesiástica, Teologia Moral, Liturgia, Direito Canônico, Canto Gregoriano e Teologia Dogmática. Já no seminário Menor, situado na fazenda do seminário em Paulo Moreira, D. Viçoso relatava as disciplinas de Latim, Francês, Matemática, Retórica, Geografia e Filosofia.

Do ano de 1864 Camello apresenta, a partir do livro *Lotação das freguesias do Bispado de Mariana*, em que aparece a seguinte anotação de Dom Viçoso: “Mandei ao Presidente”, um quadro mais completo da grade curricular do seminário. A grade era composta das seguintes disciplinas: Língua Nacional, Língua Latina, Língua Inglesa, Língua Francesa, Geografia, Retórica, Aritmética, Álgebra, Geometria, Filosofia Racional e Moral, Teologia Moral, Teologia Dogmática, Instituições Canônicas, História Sagrada e Eclesiástica, Escritura Sagrada, Liturgia, Música e Canto Gregoriano. Já em um quadro também de 1864, retirado da pasta *Diverso* do arquivo eclesiástico de Mariana, Dom Viçoso informava a existência das seguintes disciplinas no curso do Caraça: Latim, Frances, Inglês, História, Aritmética, Álgebra, Geometria, Retórica, Filosofia e Música. Acerca do seminário de Mariana (seminário Menor), Dom Viçoso informava todas essas disciplinas exceto o Inglês. Como se pode observar acima, lecionavam-se, no seminário do Caraça, disciplinas que não faziam parte da grade do curso teológico. Tudo indica que, ou existia também um seminário Menor no Caraça, ou os cursos do próprio colégio do Caraça foram incluídos na relação feita por Dom Viçoso (CAMELLO, 1986, p. 345-348).

Por fim, Maurilio José apresenta um último quadro a partir do livro *Seminário Episcopal de Mariana no ano letivo de 1870 a 1871*. Nele temos as seguintes disciplinas:

Princípios de Latim e Catecismo, 1º ano de Tradução e Língua Nacional, 2º ano de Latim, 3º ano de Latim, Princípios de Matemática, Geografia, Filosofia Racional e Moral, Língua Francesa, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Instituições Canônicas (1986, p. 345-348).

e) Obras e autores estudados em cada disciplina. Em relação às obras e aos autores estudados, Camello faz um grande levantamento. Para a disciplina de língua francesa usavam-se *Telemaques* de Fénelon, dicionários e artes francesas; na disciplina de latim usavam-se *Seletas Latinas*, *Novo método de gramática latina*, *Artinha* de Pereira, dicionários, obras de: Virgílio, Horácio, Cícero, Fedro, Plutarco e *Gradus ad Parnassum*. Bezut e Paranaguá eram usados para o ensino da aritmética e da geometria. Além de dicionários geográficos e atlas, usava-se Gaultier para o ensino de geografia. Para a disciplina de Inglês eram usados vários dicionários. Freire e vários volumes de Quintiliano eram usados para o ensino da Retórica. A filosofia era ensinada por meio de manuais de Damirou, Storchenau e Bouvier. No curso Teológico registram-se alguns *Manuale Iuris Canonici*, bem como *Instituições Teológicas* de Bouvier, vários *Ensaio da supremacia do Papa*, de autor desconhecido, e também vários *Tratados da Religião* do teólogo e apologista Bergier (1986, p.350).

É possível chegar a essa descrição através do livro *Seminário-Matriculadas dos Seminaristas 1848-1853*, do arquivo eclesiástico de Mariana, conforme nos informa Camello (1986, p.350). Nesse documento era descrito, além das matriculas, pagamentos e gastos dos seminaristas, professores, diretores e funcionários. A partir dele, é possível elencar outras obras que aparecem com frequência, como: *Sintaxe* do Pe. Antônio Rodrigo Dantas, latinista e ex-reitor do seminário, Teologia de Charmes, os decretos do Concílio de Trento, o *Esqueleto das Faculdades das Almas*, *O Paraíso Perdido* e a *Arte* de Servem.

Além dessas obras, outras elencadas foram adquiridas; é o que nos informa um ofício de 1860, do Ministério da Justiça, aprovando uma lista de compêndio para o seminário. Contudo, segundo Camello, tais obras já eram usadas no seminário antes da aprovação do governo: “Dom Viçoso primeiro adota, depois pede a aprovação” (1986, p.350). A lista aprovada tinha as seguintes obras: para a disciplina de Teologia Moral, os manuais de Jean Baptiste Bouvier¹⁷; a obra de Pedro Ludovico, para o ensino de Direito Canônico; para História Eclesiástica, a obra de Henrique Guilherme Wouters; Gaultier, já mencionado anteriormente, para geografia; a obra de Ottoni para matemática; para Retórica, texto do Bispo resignatário do Pará, Dom Romualdo de Souza Coelho.

Por fim, é importante observar que, na escolha das obras e autores para os cursos do seminário, Dom Viçoso dava preferência a autores que “se pronunciavam decididamente pela adesão a santa sé”, sobretudo, autores do campo da teologia moral e do direito. Ele rejeitava autores que, de alguma forma, sofreram censuras por parte da Igreja, especialmente os de ideias galicanas ou jansenísticas, entre eles: Natal Alexandre, Fleury, Antonie e Collet (CAMELLO, 1986, p.354). Segundo Melo, esses autores eram usados tradicionalmente nos seminários do Brasil, mas foram abandonados por Dom Viçoso na formação dos seminaristas da Diocese de Mariana¹⁷ (2005, p.143)

4. Considerações finais

Após passar brevemente pela história do seminário de Mariana até 1844, quando Dom Viçoso assume a diocese, e tratar a configuração do ensino no período de 1844 a 1875, é possível destacar a amplitude do seminário de Mariana no tempo de Dom Viçoso.

Em 31 anos de governo foram ordenados 318 padres, uma média de mais de 10 padres por ano. Um número bem expressivo, em comparação com as 145 ordenações ocorridas nos 23 anos anteriores, correspondentes aos 9 anos do período de Sede Vacante e aos 14 anos do episcopado de Dom Frei José da Santíssima Trindade. Isso destaca o valor do trabalho desenvolvido por Dom Viçoso no seminário de Mariana. Além do número expressivo de

ordenações, é digno de louvor o fato de o seminário funcionar bem, sem interrupções, em todo o período de seu episcopado. Mas o bom trabalho feito por Dom Viçoso no seminário ultrapassa seu episcopado. É o que nos mostra o Pe. João Batista Cornaglioto – já no episcopado de Dom Antônio de Sá e Benevides, bispo que sucedeu Dom Viçoso –, ao escrever uma carta, em 1887, ao superior geral da Congregação da Missão em Paris (MELO, 2005, p. 149), informando que, de todos os seminários do Brasil, o de Mariana era o mais numeroso, com um total de 215 seminaristas e 11 ordenações sacerdotais naquele ano. Esses números dão ênfase ao que foi feito no seminário, sobretudo em relação ao ensino, e ao legado deixado por Dom Viçoso.

REFERÊNCIA

- AEAM, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - Mariana - MG
- ALMEIDA, Gabriela, B. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais. In: HAMDAN Juliana; FONCESCA, Marcus; CARVALHO, Rosana (Org). **Entre o Seminário e o Grupo Escolar: A História da Educação em Mariana (XVIII-XX)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013
- CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. **Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, 1986. FFLCH, USP.
- CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- MELO, Arnaldo José de. **Dom Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua Obra Reformadora da Igreja de Minas Gerais: Uma Releitura Teológica Moral**. Tese (Doutorado em Teologia). Roma: 2005. Pontificia Universitas Larianensis.
- OLIVEIRA, Gustavo de S. **Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)**. Campinas: São Paulo. 2010. (Dissertação de mestrado). UFC, departamento de História.
- OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Visitas pastorais de D. Frei José da Santíssima Trindade**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.
- PIMENTA. Padre Silvério Gomes. **Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição**. 3a. ed. Mariana: Tipografia Arquiepiscopal, 1920.
- SELINGARDI, Sergio C.; TAGLIAVINI, João V. **O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais, 1750-1850**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 57, p. 230-267, jun. 2014.
- TRINDADE, Raimundo. **Arquidiocese de Mariana: Subsídios para sua história**. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1929, v. 2.
- _____. **Arquidiocese de Mariana: Subsídios para sua história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, v.1.
- _____. **Breve notícia dos Seminários de Mariana**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

ABSTRACT

The present article aims to present the teaching at Mariana's seminary during the episcopate period of the Bishop Dom Antonio Ferreira Viçoso, between the years of 1844 to 1875. To achieve such aim the text was thought in two moments, first it intends to approach the history of the seminary, since it's foundation thruout the arrival of Dom Viçoso to show how this bishop's period was directed to the seminary's care in relation to antecedent history, that can be characterized by the working instability of the institution generated by crises, mainly financial,

morals and the lack of teachers. At the second moment, the academic configuration will be treated in especially in the Dom Viçoso's period at the seminary. It presented the question of disciplinary, courses length, the lesson's hours, the studied disciplines, the works used in the courses, as well as some data about the profile of the students and the problems at the seminary found by Dom Viçoso in 1844.

Keywords : Seminary. Teaching. Dom Viçoso.

Notas

1. Sobre esse padre assim nos informa Carrato: “O Pe. José Nogueira veio de Pernambuco; sendo especialista em teologia moral, veio esse jesuíta (que era, aliás, sobrinho do bispo de Mariana) iniciar aulas dessa matéria ali, em 1748, antes mesmo da instalação do seminário, em 20 de dezembro de 1750” (1968, p. 106).

2. Segundo Camello, o cabido tinha por finalidade o culto divino e, às vezes, servir de conselho de consulta para o bispo. “O cabido marianense compunha-se de catorze prebendas: quatro dignidades (arcediogo, arcepreste, chantre e tesoureiro-mor) e dez cônegos. Servia-o um conjunto de doze capelães, um mestre de cerimônia, quatro moços de coro, um sacristão, um mestre de capela, um organista e um porteiro” (1986, p. 159).

3. D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis tomou posse da Diocese “pelo mesmo procurador citado, em 1773, mas também não chegou a vir para a diocese, renunciando ao cargo no ano seguinte” (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

4. No período de 1764 até 1793, aproximadamente 29 anos, o seminário foi marcado por quatro fases: 1. De 1764 até 1771, o seminário estava sob administração do Cabido, por ocasião de Sede vacante; 2. De 1772 a 1773, o seminário ficou sob a administração de D. Joaquim Borges de Figueiroa, que assim como seu sucessor não veio à diocese; 3. De 1773 a 1779, o seminário esteve sob o governo de D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, através de seus procuradores; 4. De 1780 a 1793, o seminário esteve sob o episcopado de D. Frei Domingos da Encarnação Pontével.

5. “Entre 1758 e 1780, ou seja, no período que abrange a saída dos inacianos de Mariana e o exercício do episcopado marianense pelos chamados procuradores, não obstante a estabilidade financeira verifica-se uma decadência moral do Seminário de Mariana, no que diz respeito ao afrouxamento das ordenações sacerdotais. Nesse compasso, conforme Carrato (1968), tal decadência se relaciona ao fato de que, no referido período dos procuradores não havia, à frente da diocese de Mariana, um pastor cheio de força administrativa, virtude e zelo apostólico. Considerando tal afirmação, observa-se que, o declínio moral do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte deve-se à incúria dos eclesiásticos que assumiram o governo episcopal na fase de Sede vacante de D. Frei Manuel da Cruz, e não propriamente à expulsão dos jesuítas” (SELINGARDI; TAGLIAVINI, 2014, p. 250).

6. AEAM, Armário D. Viçoso, Pasta Relação do Clero.

7. Em 1797 foi “confirmado bispo de Mariana Dom Frei Cipriano de São José, que tomou posse por seu procurador, o Arceidiogo Antônio Alvares Ferreira Rodrigues, em 1798, e chegou a cidade no ano seguinte, permanecendo a frente do bispado até a sua morte, em 1817” (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

8. Para a reabertura do seminário, segundo Oliveira, D. Frei José “dispõe de suas próprias poupanças e solicita esmolas aos ministros do foro e vigários paroquiais” (OLIVEIRA, 1998, p. 28).

9. O Estatuto de 1821 “consta de uma introdução que aborda a utilidade pública dos seminários, sua recomendação pelo Concílio de Trento e pelos papas, seguida de três partes. A primeira trata da administração e contabilidade do seminário, de sua fazenda e das obrigações do feitor

junto aos escravos. A segunda trata do pessoal do seminário, seus alunos, superiores e oficiais. A terceira refere-se ao ensino. As duas últimas nos esclarecem sobre as normas religiosas do seminário, bem como sobre o programa de estudos proposto (OLIVEIRA, 1998, p. 28-29).

10. O Pe. Antônio José Ribeiro Bhering “nasceu em Outro Preto, em 1803, e nos idos de 1856 veio a falecer na cidade de Mariana. [...] Bhering viveu toda sua vida em Minas Gerais, localidade onde atuou como político, professor e sacerdote. Concluiu seus estudos, em 1826, no seminário de Mariana e em 1º de novembro desse mesmo ano foi ordenado padre pelo próprio Frei José da Santíssima Trindade. Passando alguns meses de sua ordenação foi admitido como professor de filosofia da mesma instituição, permanecendo nesse cargo por quase três anos” (ALMEIDA, 2013, p.17). Sua demissão se deu em outubro de 1829.

11. Conforme as palavras de Dom Viçoso: “E só me nutro da esperança de um melhor futuro na criação dos candidatos ao clero” (AEAM, Armário de Dom viçoso, *Pasta relação do clero*).

12. Pelo menos três eventos inspiraram Dom Viçoso a buscar a reforma do clero de Mariana. Primeiro, sua formação lazarista, que transcrevia para o religioso, além do cuidado com os pobres e a evangelização dos povos, a criação de seminários. Segundo, o Concílio de Trento, que impulsionava a abertura de instituições específicas para a formação religiosa (os seminários). Terceiro, a necessidade da própria diocese, que passava por uma grande crise, tanto no que diz respeito ao seminário, quanto ao clero.

13. José Ferreira Carrato (1968, p. 106) apresenta o seminário de Mariana como a primeira instituição de ensino “Público” de Minas Gerais. Isso nos mostra que o seminário, desde a fundação, acolhia alunos que não almejavam o sacerdócio. Isso era uma forma de os Bispos angariarem fundos para a manutenção dos seminários, já que esses alunos, ditos externos, pagavam pelos estudos.

14. Quando a epidemia de Varíola assolou Mariana, o seminário Maior foi transferido para o Caraça e o Menor para uma fazenda do seminário em Paulo Moreira (Alvinópolis).

15. Sobre a questão do tempo da formação seminarística, ver nota 126, página 355, da obra *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no Século XIX*, de Maurílio José de Oliveira Camello.

16. Além de reformar o prédio e fazer o seminário voltar a funcionar, D. Viçoso via, assim como D. Frei Manoel da Cruz, primeiro Bispo de Mariana, a necessidade de confiar a direção do seminário a uma congregação religiosa especialista em educação. E isso foi feito ao passar a responsabilidade do seminário para os Padres lazaristas. Tal entrega ocorreu em três fases. A primeira fase se deu entre os anos de 1849 a 1852, quando os primeiros padres lazaristas chegam da França “após o reatamento das relações entre a província brasileira da Congregação da Missão e a Casa-Mãe de Paris” (CAMELLO, 1986, p. 343). A segunda fase, entre os anos de 1854 a 1855, aconteceu quando o seminário maior, o curso teológico, foi separado do seminário menor, curso de humanidades e filosofia, por causa da epidemia de Varíola que assolou Mariana, indo o seminário maior para o Caraça, sob a inteira responsabilidade dos lazaristas, e o menor, para a fazenda do seminário em Paulo Moreira (Alvinópolis). A terceira fase corresponde à entrega definitiva do seminário aos lazaristas (CAMELLO, 1986, p. 343). “A entrega definitiva se efetuou, em 1859, por contrato solene firmado por Dom Viçoso e a Congregação da Missão” (TRINDADE, 1951, p. 52).

17. Baptiste Bouvier é um “nome bastante apreciado nos meios da reforma do clero tanto no Brasil quanto na Europa, embora mal visto pelos liberais, acusado de ser a favor da escravidão e contra o princípio da soberania do povo” (CAMELLO, 1986, p. 351).

18. O ultramontanismo de D. Viçoso se “opunha à tendência, aliais cada vez mais enfraquecida, de valorizar a autonomia das igrejas nacionais, a superioridade dos concílios ecumênicos sobre os papas, a autoridade dos reis na administração eclesiásticas – tese do galicanismo e, em alguns momentos de sua história, do jansenismo” (CAMELLO, 1986, p. 355).